Barroca, Mário Jorge; Guedes, César, Um *graffito* do século XV-XVI no castelo de Montalegre.
Portvgalia, Nova Série, vol. 41, Porto, DCTP-FLUP, 2020, pp. 181-212
DOI: https://doi.org/10.21747/09714290/port41a8

UM *GRAFFITO* DO SÉCULO XV-XVI NO CASTELO DE MONTALEGRE

Mário Jorge Barroca
FLUP / CITCEM – UP
mbarroca@letras.up.pt
César Guedes
CITCEM – UP
cesarlguedes@gmail.com

ABSTRACT

Study of a graffiti identified in a tower of the castle of Montalegre, a fortification in the north of Portugal, built close to the Spanish border. The graffiti, representing a boat, occupies a large surface. An inscription, dated from 1580, related to the conclusion of works in the castle, suggests the chronology of the graffiti.

Keywords: Castle of Montalegre – Graffiti – Boat.

RESUMO

Estudo de um *graffito* identificado num torreão do castelo de Montalegre, uma fortificação raiana do Norte de Portugal, erguida próximo da fronteira espanhola. O *graffito*, representando um barco, ocupa uma grande superfície. Uma inscrição, datada de 1580, assinalando a conclusão de obras no castelo, poderá estar relacionada com a data do *graffito*.

Palavras Chave: Castelo de Montalegre – Graffito – Barco.

Há bastantes anos atrás – corria o ano de 1992 – e no contexto de uma outra investigação, um de nós identificou um *graffito* de grandes dimensões, representando um barco, gravado nos silhares do castelo de Montalegre. O projecto de o vir a publicar ficou logo equacionado. Em 1994 fizemos o seu levantamento, à escala 1:1, sobre película transparente. Mas múltiplas circunstâncias e afazeres foram ditando que o levantamento, então executado, ficasse sempre a aguardar uma melhor oportunidade. Ela surgiu agora, fruto da colaboração estreita entre os dois autores desta nótula, que entenderam que era altura de resgatar do esquecimento este *graffito* surpreendente.

O CASTELO DE MONTALEGRE

O castelo de Montalegre localiza-se na freguesia de Montalegre e Padroso, concelho de Montalegre, distrito de Vila Real e implanta-se a uma cota absoluta de 1011 m, tendo por coordenadas decimais: Lat.: 41.825837º; Long.: -7.790953º. Trata-se de um dos castelos raianos que defendeu a fronteira portuguesa, da qual dista, em linha recta, pouco mais de 6 km. Encontra-se classificado como Monumento Nacional pelo decreto-lei 136, de 16 de junho de 1910, publicado no *Diário do Governo* de 23 do mesmo mês.

pagar à coroa portuguesa 3.500 morabitinos repartidos em três prestações, a pagar nos dias 1 dos meses de Fevereiro, Junho e Outubro. E, determinava ainda o monarca: "… *vos populatores debetis michi dare ad placitum meum unum militem filium de algo, meum naturalem, qui vindicet quingentos soldos, qui faciat michi menaginem de meo alcazar, quando ego ibi illud fecero.*"[2]. Destas últimas palavras de Afonso III se poderá deduzir que, em 1273, o castelo de Montalegre não passava de uma intensão da coroa portuguesa. De resto, e enquanto isso não acontecesse, os povoadores deviam as mesmas obrigações mas relativas ao castelo de Piconha: "… *et insuper vos predicti populatores debetis michi dare ad placitum meum unum militem filium de algo et meum naturalem qui vindicat quingentos soldos, qui faciat michi menaginem de Piconia…*"[3].

O esforço povoador de D. Afonso III soçobrou, no entanto, face a dificuldades diversas. Dezasseis anos volvidos, a 3 de Janeiro de 1289, D. Dinis reconhecia que *"… a mha pobra de Montalegre era herma per razom que aqueles que hy ouverom de morar de pobramento que huus morrerom e os outros se fforon per razom do mal e de fforça que lhis os que hy andarom en meu logo faziam…"*. Para resolver o problema confiou ao seu clérigo Pedro Anes a tarefa de fazer povoar de novo a terra, tendo ele sugerido ao monarca que "… *sse partissem os herdamentos dessa vila per Cem pobradores todos de novo assi como foy da primeira. E que dessem cada ano a mjm Cem maravedis velhos por eles…*"[4]. O processo de povoamento da póvoa régia de Montalegre voltara, portanto, à estaca zero.

Vinte anos mais tarde, a 20 de Novembro de 1309, D. Dinis visitou Montalegre, talvez para confirmar o sucesso do esforço povoador, quiçá no termo de eventuais obras no castelo. Por essa ocasião, o concelho decidiu doar as aldeias, casais e herdades de Montalegre e da Terra de Barroso ao monarca, continuando a vigorar o compromisso de pagar a renda de 3.500 morabitinos por cada ano, mencionadas na primeira Carta de Foro, do tempo de D. Afonso III [5].

As dificuldades de povoamento de Montalegre não ficaram, no entanto, sanadas. Um documento de D. Afonso IV, de 26 de Junho de 1340, aludia a novos obstáculos: "*… que no tempo da guerra que ora foy antre mjm e El Rey de Castela, que companhas do seu senhoryo d el Rey de Castela chegarom ao dicto logo de Montalegre e que quitaarom a moor parte del e que lhis ardeu hy entom a dicta carta que lhis assi o dicto meu padre dera …*"[6]. O conflito entre D. Afonso IV e D. Afonso XI de Castela fora, portanto, a causa da ruína de Montalegre e da perda do original dos privilégios de D. Dinis, de 1289. As consequências do conflito de 1336-1339 na zona de Montalegre e da Terra do Barroso – "… *os danos e as perdas e o stragamento e queimas e roubos que recebemos do senhoryo de Castella …*" – foram, de resto, objecto de mais dois diplomas de Afonso IV, datados de 1341[7].

Os privilégios da vila de Montalegre foram confirmados por D. Pedro I a 14 de Outubro de 1360[8] e mais tarde, em Novembro de 1433, por D. Duarte[9].

Nos finais do século XIV voltamos a encontrar notícias sobre Montalegre, no âmbito da Crise Dinástica de 1383-85. Com efeito, o castelo de Montalegre fez parte da ampla doação que D. João I

2 Chanc. D. Afonso III, p. 82.

3 Chanc. D. Afonso III, p. 83.

4 Carta de Privilégio de D. Dinis, de 3 de Janeiro de 1289, transcrita em documento do juiz Garcia Peres e do tabelião Pedro Peres, datado de 2 de Janeiro de 1328, por seu turno inclusa em diploma de D. Afonso IV, de 26 de Junho de 1340 (Chanc. D. Afonso IV, t. II, doc. 234, pp. 360-363).

5 SANTANA, 2008, doc. 70, pp. 200-202.

6 Chanc. D. Afonso IV, t. II, doc. 234, p. 360.

7 Chanc. D. Afonso IV, t. III, doc. 295 (de 30 de Maio de 1341) e doc. 296 (de 24 de Abril de 1341).

8 Chanc. D. Pedro I, doc. 467.

9 Chanc. D. Duarte, vol. I, t. 1, doc. 155.

A informação contida na planta do castelo que o *debuxador* régio nos legou, permite obter um importante conjunto de dados sobre a organização do espaço no interior da fortaleza (Fig. 7). Indica, por exemplo, que existiam várias construções adossadas à muralha, algumas com piso sobradado ao qual se acedia por intermédio de escadaria exterior. Estes edifícios concentravam-se sobretudo no quadrante Norte da praça de armas, libertando de obstáculos a área a Sul, junto da cisterna e da *Torre Furada*. O acesso ao adarve realizava-se através de escadaria adossada à muralha, situada no lado Leste do pátio, e provavelmente também a partir dos edifícios implantados na zona Norte. Para além das informações que se podem retirar da análise gráfica da planta, Duarte de Armas deixou ainda anotados alguns pormenores sobre as estruturas da fortaleza, referindo as suas dimensões, as medidas das espessuras dos seus muros ou o número de pisos que as constituem [15].

As leituras que temos vindo a enunciar são baseadas no manuscrito existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, mas, como é sabido, são conhecidos dois códices com os manuscritos desta obra ímpar da iconografia militar portuguesa. O exemplar que se guarda em Lisboa, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, e que usamos para as leituras anteriores, é um produto acabado e mais completo, que acrescenta às duas vistas do castelo uma pormenorizada planta e terá sido concluído em data posterior a Março de 1510 (Figs. 5, 6 e 7). O outro manuscrito, guardado em Madrid, na Biblioteca Nacional de Espanha, está truncado e, por isso, tem menos castelos desenhados, para além de não apresentar plantas (Figs. 3 e 4). Como um de nós teve oportunidade de realçar recentemente, é de grande importância por se tratar do "caderno de campo" utilizado pelo escudeiro de D. Manuel I, onde este registou apontamentos ou pormenores que foram suprimidos na versão de Lisboa[16]. Este manuscrito terá sido realizado em data posterior a 14 de Novembro de 1508 e terminado antes de 1510, tendo sido a base de trabalho para o manuscrito guardado em Lisboa[17].

A comparação dos dois manuscritos revela-nos a existência de algumas diferenças entre as duas versões. Desde logo, ressalta à vista o tratamento dado aos desenhos que o manuscrito de Lisboa contém. Nos debuxos de Madrid, Duarte de Armas limita-se a representar as volumetrias do castelo, com linhas retas e simples, sem recurso a qualquer tipo de "trama" ou preenchimento. Apenas silhuetas. Já no códice de Lisboa opta por aplicar textura aos muros, desenhando-lhes os silhares graníticos e completando a composição com pormenores "naturalistas", como as árvores, a vegetação ripária, a ribeira, ou a utilização de tramas para acentuar a orografia acidentada do terreno. Para além destes detalhes, Duarte de Armas faz-se incluir no próprio desenho, montado a cavalo, com a lança ao ombro e acompanhado pelo seu pajem, que segue adiante, apeado e armado de espada e lança, em direcção à povoação.

Todos estes pormenores, que completam a composição final do desenho de Lisboa, estão ausentes do manuscrito de Madrid. Uma análise mais atenta aos debuxos do códice da Biblioteca Nacional de Espanha revela-nos um conjunto de informações bastante detalhadas, que foram suprimidas da versão final apresentada a D. Manuel I e que espelham o que o debuxador considerou mais relevante para integrar o trabalho final, deixando entrever o objetivo da encomenda: a caracterização do estado das fortalezas que constituíam a primeira linha de defesa do reino.

Apesar da importância que a análise comparativa entre os dois códices do *Livro das Fortalezas* se reveste não ser compatível com os limites desta pequena nótula dedicada a um *graffito*, e ser

15 Estes apontamentos foram valorizados pela recente leitura de João José Alves Dias, *vd.* ARMAS, 2016, p. 392.

16 O códice de Lisboa encontra-se depositado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, com a cota "Caixa Forte, Ms. 159", ou PT/TT/CF/159. As vistas do castelo de Montalegre encontram-se representadas nas folhas 97-98 e a planta na folha 131v. A cota do exemplar de Madrid é "Mss 9241", localizando-se as vistas sobre o castelo nas folhas 52 e 53 da numeração moderna. Sobre a análise dos dois manuscritos do *Livro das Fortalezas do Reino,* cf. BARROCA, 2017a, pp. 183-205.

17 BARROCA 2017a, p. 196.

que desempenhou essas funções até 1513; em 1527 o alcaide chamava-se João Pequeno[21]; e, finalmente, em 1538 o cargo era ocupado por Simão de Miranda[22].

Ao contrário de muitos castelos medievais, a importância de Montalegre não se esgotou com o arranque da Época Moderna e o triunfo de novas formas arquitectónicas adaptadas à pirobalística. Com efeito, o castelo chegou a sofrer algumas transformações durante o período da Restauração, quando se viu dotado de estruturas periféricas abaluartadas. Em 1758 continuava a receber, todos os meses, uma guarnição de nove soldados, um cabo e um sargento, que eram destacados de Chaves para Montalegre, revelando que ainda estava operacional. De resto, nas Memórias Paroquiais de 1758 encontramos uma preciosa descrição da sua estrutura que, porque demasiado extensa, nos dispensamos de aqui transcrever[23].

Na Real Academia de la História, em Madrid, conserva-se uma planta de Montalegre, datada de 1762, incluída no âmbito de um conjunto de plantas militares relacionadas com os preparativos para a invasão de Portugal pelas forças de Carlos III, no âmbito da chamada *Guerra Fantástica*. A invasão ocorreu em Maio de 1762. Esta planta, executada pelo mesmo autor que realizou uma outra planta, relativa a Bragança, revela-se muito elucidativa no que respeita ao estado de conservação do castelo de Montalegre e aos acrescentos que tinham sido introduzidos em Época Moderna, sendo um magnífico complemento para a minuciosa descrição de 1758. Salienta-se, nomeadamente, a estrutura periférica abaluartada, que rodeava o castelo medieval, da qual sobrevivem vestígios importantes, nomeadamente no revelim virado a Sul, junto da *Torre Furada*[24].

Feitos os devidos enquadramentos históricos, centremo-nos agora no *graffito*, que é, afinal, o motivo para este longo introito.

O *GRAFFITO*

No ângulo direito da *Torre do Relógio*, no silhar de esquina da terceira fiada acima da sapata, gravou-se uma inscrição moderna que ocupa as duas faces do silhar e que diz:

1/ REFORMOU · O · L^{do} MA | NOEL

2/ ANTUNES · DE VIAN | A · AÑO 1580

Ou seja, e desdobrando as abreviaturas, «*Reformou-o o L(icencia)do Manoel Antunes de Viana, Ano (de) 1580*». O silhar mede 165 cm de comprimento (pelos quais se registou a primeira parte das duas regras) e 75 cm de espessura (aproveitados para gravar a segunda parte das duas regras, separadas, na nossa leitura, por traço vertical). Tem uma altura de 34,5 cm e as letras da primeira regra possuem 9 cm de altura, enquanto as da segunda linha atingem 11 cm de altura (Figs. 8 a 11). Segundo Américo Costa, era esta inscrição que estaria associada à epígrafe de D. Afonso IV, de 1331, tal como em cima aludimos, a qual diria: «*A. Alf. 4.º Anno de 1331. Reformou o Ld.º Manuel Antunes de Viana. Anno de 1580*».

Esta inscrição moderna interessa-nos particularmente. Com efeito, é ao seu lado que se encontra gravado o *graffito* que aqui nos ocupa (Fig. 9). Este foi gravado na face Leste da segunda torre do castelo, portanto na face da *Torre do Relógio* que está voltada para a terceira torre – a *Torre Furada*.

21 FREIRE, 1909, p. 273.

22 *Demarcações de Fronteira*, vol. 3, p. 127.

23 Cf. CAPELA, BORRALHEIRO & MATOS, 2006, pp. 334-335.

24 MANSO PORTO, 1999, p. 62.

pronunciado, sem representação definida dos castelos, medindo 20 cm de comprimento na sobre guarita e 30 cm de altura máxima, encontrando-se elevada 4 cm em relação à popa. Da proa projecta-se um grande *gurupés* de onde sai um cabo que se liga à linha curva que parte do mastro e poderá corresponder à vela do navio.

A ré da embarcação, ou popa, é também de desenho linear, sem castelos definidos, mas a existência de uma pequena marca poderá indiciar a intenção do autor de delinear o arranque do castelo ou de uma coberta. Mede 10 cm de comprimento no chapitéu, 24 cm de altura máxima e encontra-se elevada em relação ao centro da nau em 9 cm. Em baixo, encontra-se representado o leme, de generosas dimensões, indiciando tratar-se de uma nau de grande tonelagem.

A atribuição de uma cronologia à embarcação tendo por base critérios exclusivamente estilísticos ou plásticos afigura-se problemática por vários motivos. Em primeiro lugar, porque desconhecemos a qualidade do traço do autor do *graffito*. Depois, pelo facto de ter sido riscado sobre granito, um material granuloso e pouco próprio para a fixação de detalhes ou pormenores. Para além disso, as dificuldades de atribuição de uma datação ao navio tendo por base a comparação com representações de outros barcos com cronologia conhecida, são também sublinhadas pelo facto de alguns tipos de navios perdurarem por longos períodos, por vezes mais de um século [29].

As características que se observam no *graffito*, nomeadamente a representação de apenas um mastro, a ausência de portinholas ou o perfil curvo do casco, muito similar ao da Nau de Mataró, embarcação votiva datada por C14 de *circa* de 1475, levar-nos-ia a recuar a cronologia da embarcação para meados do século XV ou inícios do século XVI[30]. Todavia, devemos ter em atenção o contexto, nomeadamente a inscrição de 1580, relativa às obras de reforma do castelo de Montalegre pelo Licenciado Manuel Antunes de Viana, localizada junto do desenho. Esta data pode dar um enquadramento cronológico para a criação do *graffito*, eventualmente da autoria de um dos elementos da equipa que trabalhou na reformulação do castelo que, tal como o Licenciado Manuel Antunes, seria oriundo *de Viana*, um dos quatro portos mais dinâmicos do Norte de Portugal de Quinhentos (juntamente com Caminha, Vila do Conde e Porto). Certamente que, nessa circunstância, estaria familiarizado com as embarcações que aportavam à foz do Lima.

Junto do *graffito* observam-se ainda outras marcas gravadas na silharia granítica. No silhar imediatamente abaixo do desenho da embarcação observa-se uma sigla, em forma de chave, gravada num silhar retangular com 65 cm de comprimento e 35 cm de altura. A chave, de anel circular vazado, cano curto e palhetão de três dentes, mede 20 cm de altura por 10 cm de largura máxima. Na parte terminal, na zona do palhetão e dos dentes, mede 6 cm de largura e 8 cm de altura. No mesmo silhar onde se encontra gravado o casco do observa-se uma incisão de desenvolvimento vertical, talvez uma sigla incompleta, com 8 cm de altura e 6 cm de largura. Por seu turno, junto do cesto da gávea observa-se um traço horizontal com 6 cm de comprimento.

OS *GRAFFITI* COM REPRESENTAÇÃO DE BARCOS

Uma observação mais atenta das paredes dos nossos monumentos revela um variado e importante acervo iconográfico que importa resgatar da invisibilidade. Estes "micro-patrimónios" são constituídos por marcas, símbolos ou desenhos, que foram gravados, riscados ou pintados nas pedras e nos rebocos. Surgem quase sempre sob a forma de siglas ou marcas de pedreiros, pedras

29 BARATA, 1989, p. 28.

30 Agradecemos ao Revisor do texto a indicação da similitude entre o casco do *graffito* e da Nau de Mataró, que se conserva atualmente no Maritiem Museum Rotterdam. Cf. PUJOL i HAMELINK, 2008, p. 155.

causaram na sociedade do século XVI, não só pelas riquezas que traziam a bordo ou pelas histórias e aventuras que os seus tripulantes contavam, mas também pelo forte impacto visual causado pelos navios. Não será, portanto, de estranhar que a representação de barcos seja um tema comum entre os *graffiti* riscados nas paredes dos monumentos, como enunciaremos de seguida.

Começamos por assinalar alguns exemplos de representações de barcos que, apesar de não serem *graffiti* e de se enquadrarem mais no domínio da escultura, nos parecem interessantes de mencionar. Referimo-nos em primeiro lugar ao barco esculpido em relevo no segundo contraforte (a contar da esquerda) da fachada da Sé do Porto, estudado por Octávio Lixa Filgueiras, que apontou similitudes com uma coca, embarcação típica do Norte da Europa, existente no museu de Bremen (Fig. 21)[33]. Isabel Ruiz de La Penã González, identificou um relevo similar ao barco da Sé do Porto num arcossólio da igreja de Santa Maria de Concejo em Llanes, nas Astúrias, e uma outra representação de uma embarcação, esculpida num sarcófago[34]. A autora faz ainda referência a alguns exemplos de barcos trabalhados em relevo em vários edifícios residenciais, incluindo o existente na casa que pertenceu a Pero Galego, na rua da Parenta, em Viana do Castelo (Fig. 22)[35]. Mais recentemente Rosa Villar Quintero dedicou a sua atenção a algumas figuras de embarcações existentes na Igreja de Santa Maria de Baiona (Pontevedra), nomeadamente uma coca e uma barca, relacionando-as com as "*cofradías profesionales de la Baiona bajomedieval que contribuyeron económicamente en la construcción del templo*"[36].

No que respeita aos *graffiti*, o Mosteiro de Santa Maria da Vitória, na Batalha, é um caso excecional no panorama nacional, não só pelas dezenas de figuras que foram desenhadas nos seus silhares, com recurso a tinta ocre, mas também porque entre elas se encontram representadas, segundo António Luís Ferreira "inúmeras barcas, caravelas, fustas, galés, naus, etc."(Fig. 23)[37]. Recentemente, Orlindo Jorge analisou e reproduziu fotograficamente um volumoso conjunto destes *graffiti*, incluindo inúmeros exemplos de embarcações[38]. O estudo monográfico de dez destes *graffiti* náuticos foi empreendido por Adolfo Silveira Martins e Maria de Magalhães Ramalho, que publicaram os dois barcos da Sala do Capítulo e um presente na ala Norte do Claustro de D. João I (atribuindo-os aos séculos XV-XVI), um na parede exterior das Capelas Imperfeitas (talvez da mesma época), e outros aparentemente mais recentes (um no andar superior do Claustro de D. Afonso V, três na Adega dos Frades e mais dois nas paredes exteriores das Capelas Imperfeitas)[39].

Por serem pintados, os exemplos batalhinos recordam, obviamente, os *graffiti* do século XVI e XVII pintados nas paredes do Hospital do Espírito Santo dos Mareantes de Sesimbra, implantado no rés-do-chão da Capela da Espírito Santo. Este hospital, cuja edificação remonta ao século XVI, ao reinado de D. João III, manteve-se operacional até uma época tardia, tendo sido duramente afectado pelo Terramoto de 1755. Para consolidar a estrutura da capela, o piso térreo foi então preenchido com sedimentos. Em 1973 foi realizada uma primeira intervenção, que permitiu a identificação de um primeiro *graffito*, localizado junto de uma porta ogival, associado a uma data (1546), o qual foi estudado por Eduardo da Cunha Serrão e Vítor Serrão[40]. Na década de oitenta procedeu-se à desobstrução de toda a área do velho Hospital, a qual foi objecto de um restauro empreendido entre 2000

33 FILGUEIRAS, 1982, pp. 112-117. Vd. também REAL, 1984, p. 37.
34 RUIZ DE LA PEÑA, 2014, pp. 31-49.
35 *Idem, ibidem*, p. 42.
36 VILLAR QUINTERO, 2017, pp. 359-376.
37 FERREIRA, 2014, P. 41.
38 Cf. JORGE, 2017a, pp. 21-22; JORGE, 2017c; JORGE, 2017d.
39 Cf. MARTINS & RAMALHO, 2016, pp. 301-311.
40 Cf. SERRÃO & SERRÃO, 1977, pp. 387-407.

Nos rebocos da Couraça de Tânger, obra erguida pelas forças portuguesas no início do reinado de D. Manuel I, Abdelatif El-Boudjay noticiou a existência de um *graffito* de um barco gravado[50]. Segundo Pedro Dias, as obras desta couraça terão sido da responsabilidade do mestre Jorge Dias[51].

Se, até agora, convocamos exemplos de *graffiti* medievais criados em ambiente cristão, não se fique com a ideia de que eles foram exclusivos do Cristianismo. Com efeito, no Sul de Portugal conhecem-se diversos exemplos de *graffiti* em contexto islâmico. Registemos alguns exemplos que incluem embarcações.

No castelo de Alcácer do Sal, numa das paredes de taipa da Torre 13, de construção almóada, foi identificado um conjunto muito significativo de *graffiti*, que incluem riscos, nomes em caligrafia árabe, peixes e vários barcos. Um deles representa um barco de grandes dimensões, com 90 cm de comprimento e 50 cm de altura máxima, acompanhado do desenho de ondas estilizadas, um peixe e outros barcos de menor dimensão. Nicole Danièle Cottart e António Rafael Carvalho entendem que estas figuras terão sido realizadas no período compreendido entre 1191 e 1217 – portanto durante o segundo período de domínio muçulmano em Alcácer do Sal, depois da conquista de Abu Yacub Yuçuf e antes da tomada pelo bispo D. Soeiro Viegas[52].

Em Mértola, as escavações arqueológicas realizadas em 2010, na zona ribeirinha, para a instalação de uma unidade hoteleira, permitiram identificar uma excecional laje de xisto, com vários *graffiti*, entre os quais se contam 3 barcos. Esta importante peça iconográfica foi atribuída ao século XII, mas tendo em consideração que se encontrava reaproveitada num pavimento de meados dessa centúria ela poderá ser datada "hipoteticamente entre os séculos XI e XII"[53].

Mais a sul, no decurso de uma intervenção arqueológica realizada na necrópole medieval da Sé de Silves, foi identificada uma embarcação islâmica gravada sobre um bloco pétreo que se encontrava reutilizado numa sepultura. Mário Varela Gomes refere que o contexto arqueológico em que foi recolhido o *graffito* proporciona uma "datação compreendida entre o Período Islâmico, a partir do século VIII, quando ele pode ter sido cortado (*post quem*) e a sua reutilização nos séculos XIV ou XV (*ante quem*)"[54]. O mesmo autor havia já identificado em 2004 e 2005, juntamente com Rosa Varela Gomes, um outro *graffito* de uma embarcação, no decurso de trabalhos arqueológicos realizados nas ruínas do Castelo Belinho (Morgado do Reguengo, Portimão). Neste caso, o desenho do barco "com cronologia segura em meados do século XII" foi "executado com ponta aguçada, muito possivelmente metálica" sobre um bloco de taipa, "quando a taipa ainda não se encontrava totalmente seca"[55].

Como temos vindo a constatar são inúmeros os exemplos de *graffiti* representando barcos que foram gravados em pedras ou elementos avulsos, em edifícios de arquitetura religiosa, civil ou militar. De resto, os exemplos deste tipo de *graffiti* de embarcações medievais repetem-se um pouco por todo o Mediterrâneo, como André Bazzana teve oportunidade de catalogar para a zona da Península Ibérica e Marrocos em 2006[56].

Em Espanha os estudos sobre *graffiti* têm vindo a ser desenvolvidos por diversos autores. No *IV Congreso de Arqueologia Medieval Española*, reunido em Alicante em 1993, Elvira González Gozalo e Xavier Pastor Quijada apresentaram um interessante estudo consagrado exclusivamente à represen-

50 EL-BOUDJAY, 2012, p. 389.
51 DIAS, 2000, p. 78.
52 COTTART & CARVALHO, 2010, pp. 196-197, 200-202.
53 GOMEZ MARTINEZ & LOPES, 2011, p. 57.
54 GOMES, 2016, pp. 33-35.
55 *Idem*, *Ibidem*, p. 36.
56 BAZZANA, 2006, pp. 16-35.

dação ou de reconhecimento – de encomendação para viagens a realizar, convocando a protecção divina, ou de reconhecimento por graças atendidas, em viagens concluídas com sucesso. Têm, nesse sentido, o mesmo significado que os ex-votos que se podem ver em algumas igrejas mais ligadas à devoção de comunidades marinheiras e piscatórias[66]. É o caso das miniaturas de navios oferecidas aos templos, por vezes expostas suspensas nos seus tectos, como vemos na Capela da Srª. da Guia (em Vila do Conde), na Capela dos Mareantes (da Igreja Matriz de Caminha), na Ermida de Santa Cristina (em Lloret del Mar), na Igreja de Notre-Dame de Rocamadour de Camaret-sur-Mer (Finisterra, Bretanha), na Igreja do Porto de Saint Goustan (Morbihan) ou na Igreja do Salvador de Helsingor (Dinamarca). Para além das maquetes de navios, acrescentemos os ex-votos em tábuas pintadas, tão comuns até um passado muito recente. A bibliografia sobre os ex-votos marinheiros, e a sua diversidade de suportes, é também muito abundante.

Os estudos ingleses demonstraram que, ao contrário do que numa primeira análise se poderia pensar, os *graffiti* de barcos não se podem associar exclusivamente, ou sequer maioritariamente, aos tempos anteriores à Reforma Protestante, que encarou as comunidades de pescadores e de marinheiros como particularmente receptivas a *superstições*[67]. Com efeito, uma parte substancial destes desenhos tem, no mundo anglo-saxónico, um enquadramento posterior ao triunfo da Reforma. Em todo o caso, a criação destes desenhos – pintados ou gravados – implicou uma *autorização* tácita das entidades religiosas, porque a sua realização por certo não passaria despercebida. De resto, alguns dos *graffiti* do mosteiro da Batalha, por exemplo, não foram sequer pintados nas paredes exteriores do complexo monástico, mas no seu interior…

Os levantamentos sistemáticos que têm vindo a ser realizados revelam uma grande concentração deste tipo de *graffiti* em igrejas e pequenas capelas da orla costeira, estreitamente ligadas a comunidades piscatórias e marinheiras. Entre nós, no século XVI assistimos a uma multiplicação das Capelas de Mareantes (Caminha, 1511; Viana do Castelo, 1504; Fão; Vila do Conde, 1542; Foz do Douro; Sesimbra…)[68], espelho da profunda devoção de estas comunidades ligadas ao mar. Mas o crescente número de exemplos de *graffiti* náuticos que tem vindo a ser registado no interior, em zonas muito arredadas da costa, revela que a realidade não se esgota na devoção de comunidades marinheiras.

De resto, quando gravadas nas paredes de fortificações, esses desenhos devem reflectir outras motivações. No caso de Portugal, encontramos alguns *graffiti* que parecem enquadrar-se no primeiro grupo, dos ex-votos. É o caso dos *graffiti* do Mosteiro da Batalha, do Convento de Santa Clara-a-Velha (Coimbra), ou da Capela do Espirito Santo dos Mareantes (em Sesimbra). Mas uma percentagem muito expressiva dos casos aqui arrolados encontra-se registada em castelos ou muralhas, ou seja, em estruturas militares, onde a devoção não deve ter sido o motivo para a sua criação. Recordemos, para além do exemplo de Montalegre, os casos de Montemor-o-Velho, da Amieira, de Olivença, de Arraiolos e da Couraça de Tanger (embora, neste caso, a sua presença até se possa compreender, uma vez que este era o meio de transporte que ligava a praça marroquina ao reino e que, portanto, simbolizava o desejado regresso). E temos ainda outras situações, como o caso do Aqueduto de Água de Prata, em Évora, obra de Francisco de Arruda, terminada em 1535. E o fenómeno nem sequer se circunscreve ao mundo cristão, porque temos *graffiti* de barcos em contextos islâmicos (Alcácer do Sal, Mértola, Silves e Castelo Belinho). E, como já sublinhamos, nalguns casos estamos longe da linha de costa (Montalegre, Olivença, Arraiolos…). O que motivou os autores para a

66 Vd., entre outros, ARMENDARIZ, 2009, pp. 381-402.

67 Cf. CHAMPION, 2015b, pp. 344-345.

68 Cf. BARROCA, 2017b, Insc. N.º 6, p. 136.

Estudos

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1978), *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho,* Dissertação de Doutoramento, 2 Vols., Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (edição policopiada)

ARDUINI, David; GRASSI, Chiara (2002), *Graffiti di navi medievali sulle chiese di Pisa e di Lucca*, Pisa, Felice Editore

ARMENDARIZ, Xabier (2009), "Exvotos y ofrendas marineras en el País Vasco: Estado del estúdio e inventários de materiales votivos marítimos", *Itsas Memoria. Revista de Estudios Marítimos del pais Vasco*, 6, Museo Naval, Donostia-San Sebastian, pp. 381-402

BARATA, João da Gama Pimentel (1989), *Estudos de Arqueologia Naval*, 2 vols., Lisboa, INCM

BARATA, João da Gama Pimentel (1970), "O traçado das naus e galeões Portugueses de 1550-80 a 1640", *Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga,* Secção de Lisboa, Série separatas XXXVIII, Junta de Investigações do Ultramar (Separata de *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXIV)

BARROCA, Mário Jorge (1992), "Medidas-Padrão Medievais Portuguesas", *Revista da Faculdade de Letras* – Série de História, IIª Série, vol. 9, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 53-85

BARROCA, Mário Jorge (2000), *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422),* vol. I, Lisboa, FCG-FCT

BARROCA, Mário Jorge (2017a), "O Livro das Fortalezas de Duarte de Armas – contributo para uma análise comparativa dos manuscritos de Lisboa e de Madrid", *Genius Loci: Lugares e Significados/ Places and Meanings*, vol. II, Porto, CITCEM e DCTP, pp. 183-205

BARROCA, Mário Jorge (2017b), "Inscrições medievais e modernas de Vila do Conde (Séculos XV a XVII)", *PORTVGALIA,* Nova Série, vol. 38, Porto, 2017, pp. 127-176

BAZZANA, André (2006), "Les graffiti de bateaux dans al-Andalus et au Maghreb al-Aqsâ", *Les Cahiers de l'Urbanisme, Mélanges d'archéologie médiévale, Liber amicorum, en hommage à André Matthys*, Bruxelles, pp. 16-35

BILOU, Francisco (2015), *Grafitos medievais com figuração de barcos, uma interpretação possível*, edição de autor, policopiada

BRANCO, Manuel J. C.; BILOU, Francisco (2011), *Inscrição e grafitos medievais no castelo de Arraiolos*, Arraiolos, Câmara Municipal de Arraiolos

CAPELA, José Viriato; BORRALHEIRO, Rogério; MATOS, Henrique (2006), *As Freguesias do Distrito de Vila Real nas Memórias Paroquiais de 1758*, Braga

CHAMPION, Matthew (2015a), *Medieval Graffiti. The lost voices of England's churches*, Ebury Press

CHAMPION, Matthew (2015b), "Medieval Ship Graffiti in English Churches: Interpretation and Function", *The Mariner's Mirror*, vol. 101 (3), pp. 343-350

CHAMPION, Matthew (2017), "Ship graffiti in East Anglian churches: a reflection of Maritime interventions?", in AYERS, Brian *et alii*, *Six Essays in Hanseatic History*, Poppyland Publishing, pp. 55-71

COTTART, Nicole Danièle; CARVALHO, António Rafael (2010), "Os grafitos da muralha almóada de Alcácer do Sal", *Conimbriga*, vol. 49, Coimbra, FLUC, pp. 183-223

DEMESTICHA, Stella (2017), "KARAVOI: A Programme for the Documentation of Ship Graffiti on Medieval and post-Medieval Monuments of Cyprus", in J. Litwin (Ed.), *Baltic and Beyond. Change and Continuity in Shipbuilding. Proceedings of the Fourteenth International Symposium on Boat and Ship Archaeology*, Gdansk, National Maritime Museum, pp. 135-141

www.academia.edu/36472487/Dos_grafitos_%C3%A0_grande_sala_do_risco_do_Mosteiro_da_Batalha_-_Anexo]

JORGE, Orlindo J. P. C. G. Pires (2017c), *Mosteiro de Santa Maria da Vitória, Batalha, Levantamento dos grafitos do interior das Capelas-Imperfeitas, do Século XV ao Século XX*, Parte I, Batalha, ed. de autor. Disponível para consulta no dia 16-04-2020 em: [https://www.academia.edu/31725081/Levantamento_dos_grafitos_do_interior_das_Capelas_Imperfeitas._Do_s%C3%A9c._XV_ao_s%C3%A9c._XX._Parte_I]

JORGE, Orlindo J. P. C. G. Pires (2017d), *Mosteiro de Santa Maria da Vitória, Batalha, Levantamento dos grafitos do interior das Capelas-Imperfeitas, do Século XV ao Século XX*, Parte II, Batalha, ed. de autor. Disponível para consulta no dia 16-04-2020 em: [https://www.academia.edu/31725424/Levantamento_dos_grafitos_do_interior_das_Capelas_Imperfeitas._Do_s%C3%A9c._XV_ao_s%C3%A9c._XX._Parte_II]

MACHADO, Diogo Barbosa (1965-67), *Bibliotheca Lusitana*, 4 vols., 3ª ed., Coimbra, Atlântida Editora

MANSO PORTO, Carmen (1999), *Cartografia Histórica Portuguesa. Catálogo de Manuscritos (Siglos XVII-XVIII),* Madrid, Real Academia de la História

MARQUES, Alfredo Pinheiro (2000), *Inscrições medievais no castelo de Olivença deixadas por mãos portuguesas na Torre de Menagem do século XIV aumentada pelo "Príncipe Perfeito" Dom João II*, Montemor-o-Velho, Coimbra, Olivença, Centro de Estudos do Mar

MARTINS, Adolfo Silveira; RAMALHO, Maria de Magalhães (2016), "Navios no Mosteiro da Batalha: Contributo para o estudo dos *graffiti* históricos", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 19, Lisboa, pp. 301-311

MONTEIRO, Patrícia Alexandra Rodrigues (2013), *A Pintura Mural no Norte Alentejo (séculos XVI a XVIII), Núcleos temáticos da Serra de S. Mamede*, Dissertação de Doutoramento, 2 Vols., Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

MUSCAT, Joseph (1991), "Maltese Ship Graffiti (1500-1900)", in *Medieval Ships and the Birth of Techonological Societies,* vol. II, La Valetta, pp. 143-170

MUSCAT, Joseph (1999), "Ship Graffiti – a Comparative Study", *Journal of Mediterranean Studies*, vol. 9 (1), La Valetta, pp. 74-105

NAVAS GUERRERO, Elena; GARRIDO CARRILLO, António (2012), "Grafitos históricos murários de la Cuesta del Pescado n.º 16-18, en el Barrio del Realejo (Granada)", *De Arte*, n.º 11, pp. 143-154

PENAJÓIA, Marco (2014), "Grafitos, inscrição árabe e outras marcas históricas identificados no castelo de Montemor-o-Velho", *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, vol. 14, Coimbra, pp. 231-252

PRITCHARD, Violet (1967), *English Medieval Graffiti*, Cambridge, Cambridge University Press, (reprint, Cambridge University Press, 2008)

PRITCHARD, Violet (1987), "Some English medieval ship graffiti", *Mariners Mirror*, vol.73, 3, Londres, Taylors & Francis

PUJOL i HAMELINK, Marcel (2008), "Tecnología Marítima en la Corona de Aragón. Construcción naval, navegación e infraestructuras portuárias", *in* NAVASCUÉS PALACIO, Pedro (Coord. de) *Ars Mechanicae: Ingeniería Medieval en España,* CEDEX-CEHOPU e Fundación Juanelo Turriano, pp. 151-165

REAL, Manuel Luís (1984), "Inéditos de Arqueologia Portuense", *Arqueologia*, vol. 10, Porto, GEAP, pp. 30-43